

## 2

### **DINHEIRO E CASAMENTO: UM BREVE HISTÓRICO DAS PRINCIPAIS MUDANÇAS OCORRIDAS AO LONGO DO SÉC. XX.**

Com o objetivo de compreender o impacto do dinheiro ganho pela mulher nas tomadas de decisão e exercício da sua individualidade dentro do casamento contemporâneo, consideramos importante dar início a essa discussão com um breve histórico das principais mudanças ocorridas no casamento ao longo do século XX.

A instituição do casamento e, conseqüentemente, a família brasileira – acompanhando as aceleradas mudanças ocorridas no Ocidente, de modo geral – vieram-se transformando de forma significativa ao longo do último século. Se compararmos o início do século XX ao início do século XXI, podemos observar que a família patriarcal, base de todas as culturas contemporâneas, veio sendo fortemente questionada. Segundo Castells (1999), esse questionamento é produto direto da conscientização feminina e da inserção da mulher no mercado de trabalho, o que trouxe mudanças significativas nos papéis feminino e masculino no interior de seus casamentos, modificando definitivamente a divisão sexual do trabalho. Alguns autores (Figueira, 1987; Nicolaci-da-Costa, 1985; Jablonski, 1998; Magalhães, 1993) chegam a considerar que essas mudanças foram as grandes responsáveis por ocasionarem o que eles chamam de “crise no casamento contemporâneo”, tendo em vista, dentre outros importantes fatores, o enorme número de divórcios e recasamentos nos dias atuais. Tal crise teria sido influenciada também pela coexistência de valores tradicionais e igualitários, que ora se contradizem, ora se complementam, tornando o debate – e a prática – do casamento contemporâneo no Brasil rico em ambiguidades e idiossincrasias. Muitas vezes, um discurso mais igualitário, cujo intuito seria tornar as relações entre homens e mulheres mais justa e em pé de igualdade nas possibilidades que a sociedade oferece dentro e fora do casamento, não se concretiza na prática, onde os velhos valores tradicionais acabam imperando. Além do que, o processo de individualização pelo qual a estrutura familiar veio passando também enfraqueceu, de certa forma, os laços de solidariedade da família mais extensa

(Ariès, 1978), não os excluindo completamente da vida do casal, mas os colocando com uma influência mais psicológica do que prática. (Fleck & Wagner, 2003).

De qualquer forma, hoje, existe uma variedade enorme de arranjos familiares e, segundo Goldenberg (2000), mais do que olhar para suas estruturas, é preciso compreender a formação e a manutenção do seu vínculo afetivo, pois o relacionamento conjugal na contemporaneidade se origina de um sentimento romântico, afetivo e individual, e não mais de uma necessidade de manutenção do patrimônio financeiro das famílias de origem. Hoje, a influência da família de origem se manifesta de forma mais subjetiva e emocional, e não tão direta como era antigamente; além de a escolha amorosa depender apenas dos indivíduos, o que acaba por colocar, exclusivamente em suas mãos, a manutenção do vínculo conjugal, que ainda possui expectativas de ser “eterno” ao se oficializar o casamento (Jablonski, 2005). Somado a tudo isso, existe também a influência da mídia, que, constantemente, faz apelos à sexualidade das pessoas, passando a idéia de que a paixão fugaz e proibida é muito mais interessante. Essa atmosfera de valores tão contraditórios traz muita ambiguidade de sentimentos e esse é mais um motivo pelo qual alguns autores percebem o casamento contemporâneo diante de uma grande crise. O maior desafio passou a ser equilibrar individualidade e conjugalidade, que se contrapõem em situações, às vezes, bem simples do cotidiano, principalmente, quando envolve dinheiro.

Contudo, o dinheiro é algo que deve ser compreendido dentro de suas mais variadas dimensões e complexidades, pois ao mesmo tempo em que depende de um contexto simbólico próprio – construído a partir de crenças, valores e comportamentos típicos de uma determinada época e circunstância –, também pode ser entendido como um elemento universal que potencializa a capacidade dos homens de produzir bens e gerar riquezas – na medida em que a própria noção de dinheiro pressupõe civilização e vice-versa, pois as civilizações costumam depender da existência do dinheiro, qualquer que seja sua representação, para existirem. Portanto, não podemos perder de vista o fato de que o dinheiro possui muitos significados: desde variações culturais e históricas até vivências subjetivas individuais.

Vejam os usos e significados que o dinheiro representou em cada modelo familiar existente no século XX: do patriarcal ao contemporâneo.

## 2.1

### **Da família patriarcal à contemporânea: o atual difícil convívio de valores contraditórios**

No modelo patriarcal, os casamentos eram realizados por interesse em manter o patrimônio e o status da família. Portanto, eram os pais quem escolhiam os noivos das filhas, os quais na maioria das vezes pertenciam ao mesmo grupo – com casamentos entre primos ou outros parentes, por exemplo (Freyre, 1992). A família se formava dessa maneira: não limitada apenas aos pais e aos filhos, mas sim tendendo a integrar grandes grupos, que juntos constituiriam um sistema social por excelência com base na solidariedade entre os parentes, solidariedade esta que inibia a individualidade dos membros da família patriarcal. Para se manter, o sistema patriarcal produziu uma lógica própria de relação entre os gêneros, baseada em uma forte hierarquia, que parece excluir possibilidades de encontro e de afeto entre eles (Ramires, 1997): do homem era exigida toda a iniciativa econômica, cultural, social e sexual, e os outros membros se ligavam à ele de modo absolutamente passivo. O pai representava o princípio de unidade da propriedade, da moral, da autoridade, da hierarquia; enfim, de todos os valores que mantinham a tradição e o status da família. Nessas condições, as mulheres eram totalmente confinadas às tarefas domésticas, quase não tendo de se ausentar de casa para obter tudo de que precisavam. Elas mesmas produziam alimentos e vestimentas para o consumo doméstico, além do próprio comércio que procurava atender à família *in locus*. Desta forma, segundo Rocha-Coutinho (2007), “o provimento das necessidades dos membros da família estava nas mãos tanto de homens como de mulheres”, o que fazia com que as mulheres fossem tão responsáveis pela produção de alimento da família quanto os homens.

Com o desenvolvimento urbano e industrial, a família perdeu sua função produtiva, rompendo com a unidade casa-trabalho, diminuindo o poder patriarcal e desvalorizando o trabalho realizado pelas mulheres junto a seus maridos. É construído um novo tipo de organização familiar, uma ordem em que apenas a mãe, o pai e os filhos viveriam sob o mesmo teto – a família nuclear moderna –, e também em que o laço de dependência entre seus membros passou a ser o de respeito mútuo e de afeto, e não mais o imperativo da autoridade paterna. As regras tradicionais de comportamento vão-se modificando e dando espaço para o

desenvolvimento de laços de afeto entre os membros de uma mesma família. Os membros da família se aproximam, tendo o igualitarismo como o ideal regulador da ordem familiar, produzindo uma situação de aproximação até mesmo das formas de comportamento (Figueira, 1987)<sup>3</sup>.

Dentro de um contexto de modernização acelerada, legitimar formas de comportamento, que são contestadas e modificadas de uma geração para outra, torna mais difícil a construção de códigos plausíveis para os indivíduos, fazendo com que eles se utilizem, segundo Figueira (1987), ora de comportamentos tradicionais, ora de comportamentos modernos. Segundo Berger & Luckmann (1966), a legitimação de comportamentos sociais se faz, primeiramente, no plano da repetição diária de ações sempre muito próximas, diminuindo o leque de ações possíveis a cada indivíduo. Isto caracteriza a formação do hábito que cria tipos determinados de comportamentos a partir de ações cotidianas repetidas. De geração para geração, essas regras de comportamento vão sendo repassadas e estão livres para serem contestadas e modificadas. Isso, porém, vai acontecendo aos poucos com o somatório de todas as pequenas mudanças, fazendo nascer, depois de um tempo, novos padrões de comportamentos legitimados e interiorizados. O conflito de valores se acentuou desde que a linha vertical de hierarquia entre pais e filhos foi substituída por uma linha horizontal, a partir do que a igualdade é o novo mecanismo de organização estrutural da família moderna. Essa aproximação – expressa através da igualdade – se deu, principalmente, quando a mulher começou a se inserir no mercado de trabalho. As décadas de 60 e 70 representaram o período de maior luta das mulheres em obter uma posição mais autônoma em relação ao marido e aos filhos<sup>4</sup>.

Figueira (1987) usa o conceito de “modernização reflexiva” para compreender um típico comportamento que se instalou na sociedade moderna brasileira. Esse conceito se refere a uma mistura de valores modernos adotados de forma tradicional, paradoxalmente. Por mais que se queira fazer parte do mundo moderno e novo, acabamos por encará-lo como uma obrigação. Adotar a

---

<sup>3</sup> Segundo Figueira (1987), na família hierárquica, uma mulher de 40 anos teria que ser diferente da filha, porque representava um papel de mãe, casada e mais velha. Já na família moderna, uma mulher de 40 anos se sente muito jovem e usa, por exemplo, as mesmas roupas que a filha, por gostar de ser e parecer moderna.

<sup>4</sup> Reservamos um capítulo à parte para discutir a posição da mulher contemporânea diante desse conflito de valores (ver capítulo 3), inclusive, porque precisamos compreender se, realmente, a inserção no mercado de trabalho trouxe autonomia e/ou independência (Coria, 2005) (ver capítulo 5).

modernidade como imperativa e, com isso, uma negação radical do que seriam valores e comportamentos tradicionais é reproduzir a forma de expressão tradicionalista para novos valores. O conflito de valores é por ele analisado como uma contradição de comportamentos em consequência da enorme variedade de tipos que nos são apresentados. Para o autor, o verdadeiro sentido da modernização dos costumes seria a liberdade de escolha de qualquer tipo de comportamento, seja ele tradicional ou moderno.

No decorrer dos últimos 40 anos, a organização familiar se modificou bastante. Os novos arranjos familiares em muito diferem daquele modelo de família nuclear moderna. Quando as organizações familiares pós-modernas eram apenas alguns casos isolados de reorganização da família, a sociedade as via como famílias desestruturadas internamente, porém, na medida em que o divórcio foi se tornando um fator social recorrente, a partir da década de 70 e 80, e novas uniões foram sendo feitas, desfeitas e refeitas, não se pode dizer que não existam regras de convivência ou laços de dependência nestas famílias. Não é possível mais falar de um único modelo familiar – aquele importado da Europa (o da família nuclear) e adaptado às transformações sociais do Brasil –, uma vez que ele não condiz mais com a atual realidade ocidental como um todo.

Portanto, o casamento acaba sentindo, hoje, em seu cotidiano as pressões dessa multiplicidade de valores. De um lado, a sociedade cobra dos indivíduos o casamento e o exercício da parentalidade; por outro, exige, cada vez mais, agilidade em acompanharem todas essas aceleradas mudanças e redefinirem tais instituições. Escolher um caminho para se conviver com valores tradicionais e modernos dentro do mesmo leque de possibilidades torna-se muito conflitivo. As pessoas passaram a ter que conciliar tudo de uma vez só: a vida pessoal, a carreira profissional, o casamento e os filhos. E mais: tais mudanças foram sendo internalizadas por homens e mulheres, de forma que eles atribuem a si mesmos o êxito ou o fracasso dessa empreitada. Não são levadas em consideração mudanças sociais mais amplas, apenas responsabilidades individuais. Segundo Rocha-Coutinho (2001), “homens e mulheres acabam exigindo de si próprios que sejam múltiplos, verdadeiros super-heróis”.

“É assim que a organização social contemporânea tem apresentado às pessoas o desafio de integrar duas formas, excludentes e complementares ao mesmo tempo, de ser saudável na vida: criar vínculos afetivos significativos e ter autonomia nos relacionamentos.” (Rocha-Coutinho, 2001)

## 2.2

### **Dinheiro, capitalismo, processo de individualização e divisão sexual do trabalho na sociedade pós-moderna: algumas reflexões.**

Segundo Rose & Orr (2007), o dinheiro é, provavelmente, o maior objeto de significados emocionais existente na vida contemporânea, influenciando uma variedade ainda maior de comportamentos. Por exemplo, os autores sugerem quatro dimensões de significados que podem nortear o estudo do uso que as pessoas fazem do dinheiro: a) sentido de realização: o dinheiro significando sucesso; b) de status: o dinheiro usado para impressionar as pessoas; c) de preocupação: dinheiro gerando ansiedade, incerteza; d) de segurança: influenciando a economia do dinheiro<sup>5</sup>.

Pilagallo (2000) concorda, descrevendo o dinheiro como uma “metáfora de uma coisa que no fundo significa outra coisa”. E quantas coisas o dinheiro pode significar! Este autor fala, em seu livro, a respeito dessas várias representações que o dinheiro teve ao longo da história da humanidade e suas diferenças de uso através dos tempos e nas mais diversas culturas. Segundo ele, o dinheiro não é apenas uma moeda, uma cédula ou um cheque – sendo essas apenas algumas formas de representá-lo, existindo inúmeras outras ao longo da história. Dinheiro, mesmo, é aquilo que ele pode comprar e aquilo que custou ganhá-lo. Independente da sua representação, ele sempre existiu como forma de intercâmbio e troca social. Neste sentido, faz parte de uma sociedade, assim como sua língua-mãe. Pilagallo (2000) faz uma interessante comparação entre as palavras e as moedas, dizendo que possuem algo em comum, pois dependem de um consenso e só circulam onde são conhecidas:

---

<sup>5</sup> Ver capítulo 5.

“tanto as palavras como as moedas, quanto mais abundantes mais enriquecem uma sociedade. (...) Moedas são criadas para indicar valor e as letras para expressar idéias só fazem sentido apenas no contexto cultural onde estão inseridas.”<sup>6</sup> (Pilagallo, 2000)

Desta forma, com o objetivo de contextualizar melhor o momento histórico que vivemos e compreender quais usos e significados o dinheiro assume no casamento contemporâneo, precisamos pontuar alguns aspectos importantes que dizem respeito ao processo de individualização presente na sociedade capitalista, base socio-econômica de toda cultura ocidental. Até porque, segundo Coria (2005), “reproduz-se na intimidade da relação a dois os condicionamentos econômicos, políticos e culturais do macrossistema social”. Nesse sentido, a autora afirma que o casal não é “receptor ingênuo e tampouco transmissor inócuo”.

O conceito de individualização é abordado de diferentes formas pelo senso comum e científico: ele é apontado ora como algo negativo que isola as pessoas umas das outras, que não promove senso de grupo e solidariedade, que se traduz como “cada um por si”; ora como algo positivo que permite uma maior autonomia, um pensamento mais livre, uma necessidade de se diferenciar do outro. Giddens, Beck & Lash (1997) introduzem uma importante discussão acerca do processo de individualização no mundo ocidental, que foi muito esclarecedora para pensarmos o tema de nossa pesquisa. Segundo eles, o processo de individualização, hoje, em uma sociedade pós-moderna, já é muito diferente daquele ocorrido no mundo ocidental a partir da industrialização. Atualmente, segundo os autores, individualização significa “desincorporação” dos modos de vida da sociedade industrial e “reincorporação” de outros modos novos, “em que os indivíduos devem produzir, representar e acomodar suas próprias biografias”. Mas a desincorporação e a reincorporação não ocorrem por acaso ou

---

<sup>6</sup> Entendendo o dinheiro pelo ângulo da troca social, seja qual for sua representação, podemos introduzir ainda – a título de curiosidade – nesse caldeirão de significados, os de cunho religioso (Pilagallo, 2002), que também formam a base em que esses valores se ancoram. De acordo com o Cristianismo, por exemplo, de forte influência religiosa na sociedade brasileira, o dinheiro e a riqueza são vistos como objetos de repulsa, pois valoriza a pobreza e o desprendimento, o que de certa forma, é compartilhado por intelectuais, ao se colocarem contra a demonstração de luxo e gosto pelo dinheiro. O Judaísmo, por sua vez, valoriza o dinheiro como uma forma de estar em posição de evitar a violência e de resolver possíveis problemas futuros. Ter dinheiro bem ganho e morrer rico para o Judaísmo é considerado uma benção. Essas diferenças nos valores e preceitos religiosos marcam o uso que um povo fará do dinheiro ao longo da história daquela civilização.

individualmente – elas fazem parte de um processo histórico e cultural presente nas sociedades capitalistas.

Ainda de acordo com os autores,

“(…) na sociedade industrial clássica, as maneiras coletivas de viver podem ser compreendidas de uma forma que se assemelham às bonecas russas que se encaixam uma dentro da outra. A classe supõe a família nuclear, que presume os papéis dos sexos, que presume a divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, que presume o casamento. (...) Até a definição empírico-operacional do conceito de classe faz uso da renda familiar, ou seja, a renda do ‘chefe da família’, uma expressão inclusiva, mas que, na prática, implica claramente características masculinas.”

Pensando nisso, naquela época, então, a participação das mulheres na renda familiar não seria levada em consideração na análise de classe, ou seja, apenas a renda do homem era avaliada.

Para Giddens, Beck & Lash (1997), individualização significa a “desintegração das certezas da sociedade industrial, assim como a compulsão para encontrar e inventar novas certezas para si e para os outros”. A individualização e a globalização são, para eles, dois lados do mesmo processo de modernização reflexiva e, com eles, esse termo assume um significado diferente do conceito colocado por Figueira (1987)<sup>7</sup>. Não consideram a individualização um processo que se baseia na livre decisão dos indivíduos, mas sim na “compulsão pela fabricação, [n]o autoprojeto e [n]a auto-representação, não apenas da própria biografia, mas também de seus compromissos e articulações com o trabalho e a sociedade mais ampla”. Mesmo as tradições do casamento e da família estão se tornando dependentes de processos decisórios, de escolhas, e todas as suas contradições e conflitos devem ser experimentados como riscos reais. Por isso individualização significa que a biografia padronizada, aquela determinada, estratificada, com fortes laços de dependência, dá lugar a uma biografia escolhida, do tipo “faça-você-mesmo” ou, como diz Giddens (1997), uma “biografia reflexiva”. Nesse sentido, o dinheiro que a mulher ganha e traz para casa permite a ela reinventar sua individualidade e escolher quais caminhos profissionais e pessoais quer para si. Independentemente, se é o homem ou a mulher, na sociedade atual, pós-moderna, o pensamento, o querer, a vontade fazem parte de

---

<sup>7</sup> Ver páginas 14 e 15.

um processo de individualidade, que pertence a esse indivíduo, autônomo e com espaço para “recriar” seu caminho.

Anteriormente, as regras do casamento, os deveres da maternidade e assim por diante, certamente, reduziam o espectro de ação de homens e mulheres, principalmente o das mulheres, mas também obrigavam e forçavam os indivíduos a ficarem juntos. Em contraste com isso, hoje em dia, não há um único modelo, e sim vários, inclusive aqueles que ainda esperam que as mulheres construam e mantenham carreiras educacionais e profissionais próprias para mulheres,

“porque do contrário enfrentarão a ruína em caso de divórcio e permanecerão dependentes do dinheiro do marido dentro do casamento – com todas as outras dependências simbólicas e reais que isso lhe traz. (...) Esses novos modelos não consolidam a união das pessoas, mas a dissolvem e multiplicam. Assim, forçam todo homem e mulher, tanto dentro como fora do casamento, a operar e persistir como agente individual e planejador de sua própria biografia.” (Giddens, Beck & Lash, 1997)

Construir a própria biografia só funciona dentro de uma lógica que tem na igualdade o seu valor fundamental. Segundo Baudrillard (1981), é o mito da igualdade que carrega em si a força ideológica da noção de felicidade. Buscar a felicidade para Baudrillard (1981), o mesmo que “reincorporar” novos modos de ser nas palavras de Giddens (1997), não surge a partir de uma inclinação natural de cada indivíduo para realizar por si mesmo, mas sim de um movimento ideológico construído e historicamente ancorado na igualdade como valor fundamental.

Tendo esta meta, a era pós-industrial construiu uma forma de pensar a felicidade através de signos visíveis, pois, diante de um valor que pressupõe igualdade, o indivíduo pode se diferenciar e reconhecer sua felicidade através do conforto e de objetivos mensuráveis. Isso constrói a sociedade de consumo, onde todos são iguais perante o uso dos objetos e dos bens, porém desiguais no acesso e no valor de troca. Constrói-se a lógica do ter, do demonstrar visualmente o sucesso, a conquista, a felicidade. Com acesso à tecnologia, o consumo do novo passa a imperar e, cada vez mais, valores como esses vão permeando as relações humanas e construindo um sentido de felicidade típico da época e da cultura ocidental do século XXI.

“[Para] que a felicidade ostente, à primeira vista, sementes quanto ao respectivo conteúdo para ser o veículo do mito igualitário, é preciso que a felicidade seja mensurável. Importa que se trate do bem-estar mensurável por objetivos e signos do ‘conforto’. Deve significar-se sempre em critérios visíveis”. (Baudrillard, 1981)